

**Genealogia da Cultura Técnica na Gestão de Obras Públicas em
Pernambuco: Atores e Práticas entre 1817 e 1843.**

Genealogía de la cultura técnica en la gestión de obras públicas en
Pernambuco: actores y prácticas entre 1817 y 1843.

E3_03: Saberes técnicos, prácticas sociales y gobierno de la ciudad en Iberoamérica (siglos XVIII-XX).

Carolayne Stephanie Aragão Felix da Silva

Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil
carolayne.silva@ufpe.br

Maria Luiza Macedo Xavier de Freitas

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Departamento de Arquitetura e
Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil
luiza.freitas2@ufpe.br

Resumo: Este trabalho analisa a organização e a gestão das obras públicas na Província de Pernambuco no início do Período Imperial (1817–1843), com foco na Genealogia da Cultura Técnica e suas implicações sociais e administrativas. O período em questão é marcado pela transição da cultura técnica, que se desloca de uma tradição pautada pela ação de um Estado de base militar para uma administração moderna, baseada na introdução de profissionais liberais e civis. A investigação se pautou na análise documental e sistematização dos ofícios do Catálogo Analítico da Série Obras Públicas ou Códices do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Os achados revelam a hierarquia de cargos e as figuras centrais na Repartição de Obras Públicas, destacando o marco de 1830, que sinaliza a crescente inserção de profissionais estrangeiros e brasileiros formados no exterior nas áreas de arquitetura e engenharia. Em termos de práticas, a gestão era limitada pela escassez de mão de obra qualificada e pela dependência de recursos externos, utilizando majoritariamente trabalhadores militares ou do sistema prisional para a execução de obras braçais. O artigo demonstra como essa transição técnica e administrativa influenciou a trajetória da infraestrutura urbana e rural, com foco no Eixo de Conexão da capital, Recife.

Palavras-chave: cultura técnica, obras públicas, Recife, período imperial, urbanismo ibérico.

Resumen: Esta investigación analiza la organización y gestión de las obras públicas en la Provincia de Pernambuco a comienzos del Período Imperial (1817–1843), centrándose en la Genealogía de la Cultura Técnica y sus implicaciones sociales y administrativas. El período está marcado por la transición de la cultura técnica, la cual se desplaza de una tradición basada en la acción de un Estado de índole militar a una administración moderna, fundamentada en la introducción de profesionales liberales y civiles. La investigación se basó en el análisis documental y la sistematización de los oficios del Catálogo Analítico de la Serie Obras Públicas o Códices del Archivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Los hallazgos revelan la jerarquía de cargos y las figuras centrales en la Repartición de Obras Públicas, destacando el hito de 1830, que señala la creciente inserción de profesionales extranjeros y brasileños formados en el exterior en las áreas de arquitectura e ingeniería. En términos de prácticas, la gestión estaba limitada por la escasez de mano de obra cualificada y la dependencia de recursos externos, utilizando principalmente trabajadores militares o del sistema penitenciario para la ejecución de obras manuales. El artículo demuestra cómo esta transición técnica y administrativa influyó en la trayectoria de la infraestructura urbana y rural, con foco en el Eje de Conexión de la capital, Recife.

Palabras-clave: cultura técnica, obras públicas, Recife, período imperial, urbanismo ibérico.

Introdução

As cidades luso-brasileiras nos períodos colonial e imperial constituíram espaços de intensa circulação de saberes técnicos. Durante o período Imperial, Pernambuco enquanto província, assim como outras regiões do Brasil, passou por um processo de desenvolvimento de infraestrutura que incluía a construção de estradas, pontes, portos e edifícios públicos. Nesse sentido, o desenvolvimento representava não apenas uma demanda técnica, voltada a resolver problemas práticos, mas, sobretudo, uma expressão das dinâmicas políticas, econômicas e sociais que moldaram o Império. A materialidade das obras públicas tornou-se o campo visível na qual se manifestavam as tensões entre o projeto de centralização estatal e as limitações estruturais de uma sociedade marcada pela desigualdade de acesso aos recursos técnicos e financeiros. Este projeto de centralização pretendia fortalecer a autoridade do Estado e organizar o território, mas, ao mesmo tempo, essas obras eram executadas em um contexto de escassez de recursos, dependência de técnicos estrangeiros e uso intenso de mão de obra escravizada e prisional. Assim, a própria materialidade, expressa a partir do canteiro, métodos, materiais usados e o ritmo das construções, evidenciava as contradições entre o ideal de um Estado moderno e as condições sociais atrasadas que o sustentavam.

Adiante, a administração das obras públicas em Pernambuco passou por reconfigurações significativas ao longo do século XIX. A criação da Diretoria de Obras Públicas em 1810 e sua posterior extinção em 1830, seguida pela transferência temporária de responsabilidades à Câmara Municipal do Recife, revelam a instabilidade institucional que caracterizou as primeiras décadas do Império. Somente com a retomada da Repartição de Obras Públicas, em 1835, consolidou-se um órgão técnico-administrativo capaz de organizar a execução e a fiscalização de construções e os reparos urbanos, marcando o início de uma burocracia provincial que refletia o esforço de institucionalização do Estado imperial. A partir daí, Pernambuco tornou-se um laboratório de práticas administrativas e construtivas que conjugavam saberes locais e estrangeiros, configurando um campo técnico híbrido entre tradição e inovação.

O corpo técnico responsável pelas obras, no primeiro momento, era composto majoritariamente por engenheiros militares, cuja atuação transcendia a dimensão prática da construção¹, inserindo-se em uma lógica de poder e representação estatal. Esses profissionais exerciam simultaneamente funções técnicas e administrativas, revelando a imbricação entre a ciência da engenharia e a autoridade do Estado. A partir da década de 1830, contudo, observa-se um movimento de crescente diversificação do quadro técnico, com a introdução de engenheiros civis e arquitetos estrangeiros como os franceses Louis-Léger Vauthier e Pierre Victor Boulitreau, além do alemão Augusto Kersting e o inglês Thomas Wood, que trouxeram novas metodologias construtivas, materiais modernos, como o ferro fundido, e concepções urbanas inspiradas em modelos europeus. Essas inserções não apenas introduziram inovações tecnológicas, mas também redefiniram as relações entre o conhecimento técnico e o poder político provincial.

¹ Ofício n.º 1, 1821, Códice 1, fl. 17, Série *Obras Públicas*, APEJE. Remetente: Major do Real Corpo de Engenheiros Firmino Herculano de Moraes Âncora à Junta Governativa. O documento solicita resolução de impasse criado na Tesouraria do Arquivo Militar, quando um funcionário impugnou pagamentos por ausência de lei que o obrigasse, evidenciando a subordinação administrativa das obras à hierarquia militar e ao controle estatal.

Paralelamente, a execução das obras mobilizou uma ampla gama de trabalhadores militares, prisioneiros, escravizados, libertos e artífices livres, categorias reconstruídas a partir da análise dos códices da série *Obras Públicas* do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). A esses atores atribuiu-se o exercício de uma atuação essencial para a materialização dos projetos, ainda que invisibilizada pela documentação oficial². A convivência entre engenheiros formados em academias e trabalhadores empíricos produziu uma cultura técnica singular, marcada pela adaptação de métodos importados às condições locais de recursos e materiais. Essa interação evidencia que a construção da infraestrutura pernambucana não se reduzia à aplicação de um saber especializado, mas constituía um campo de negociação entre diferentes tradições de ofício, hierarquias sociais e práticas de poder.

Com base na análise das documentações do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), esta pesquisa insere-se no esforço de compreender a cultura técnica como um fenômeno histórico e social, capaz de revelar as articulações entre técnica, política e economia no processo de formação do espaço urbano recifense. A relevância deste estudo reside, portanto, na possibilidade de repensar o desenvolvimento da infraestrutura de Pernambuco não apenas como resultado de políticas imperiais de modernização, mas como um processo coletivo, atravessado por disputas, adaptações e saberes diversos que moldaram a materialidade da cidade oitocentista.

Nesse sentido, o problema central que orienta este trabalho pode ser formulado da seguinte maneira: de que maneira a cultura técnica se manifestou na gestão das obras públicas em Pernambuco durante o período imperial e como as práticas de engenheiros, mestres de ofício e trabalhadores empíricos contribuíram para a conformação da infraestrutura urbana e da própria administração provincial? A investigação busca compreender as intersecções entre técnica, poder e sociedade, analisando como decisões administrativas, limitações materiais e transferências de conhecimento determinaram o ritmo e a forma do progresso urbano. Ao analisar o período de 1817 a 1843, o estudo busca evidenciar as continuidades e rupturas entre a tradição e o processo de modernização civil, propondo a leitura sobre o papel da cultura técnica na conformação da paisagem urbana e da estrutura institucional de Pernambuco.

A partir dessa perspectiva, busca-se demonstrar como a organização administrativa e o perfil dos atores envolvidos nas obras públicas permite apreender o modo como a cultura técnica local foi sendo constituída ao longo do século XIX. Mais do que examinar estruturas e funções, propõe-se aqui interpretar como a prática cotidiana desses agentes expressou um processo de construção institucional e simbólica do poder público. Ao investigar esse percurso, é permitido reconhecer que a técnica, longe de ser apenas um domínio prático, tornou-se um elemento de mediação entre política e sociedade, revelando as contradições e permanências que marcaram a consolidação da infraestrutura e da identidade urbana.

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa de caráter histórico-analítico, ancorada nos princípios da pesquisa documental e na perspectiva interdisciplinar dos estudos culturais. O

² Conforme observa Alves (2021), a historiografia brasileira sobre o trabalho, até as últimas décadas do século XX, privilegiava os períodos posteriores ao século XIX e centrava suas análises nas formas de trabalho livre e urbano, relegando a um segundo plano a participação dos trabalhadores escravizados e subalternos. Essa lacuna interpretativa reforça a importância de reconhecer a diversidade de agentes presentes nos canteiros de obras da província de Pernambuco durante o período imperial.

objetivo é compreender as práticas técnicas e administrativas relacionadas às obras públicas em Pernambuco durante o período imperial, interpretando a documentação não apenas como registro administrativo, mas como expressão de uma cultura técnica em construção. A metodologia busca, portanto, articular técnica, poder e materialidade, interpretando o documento como produto de relações sociais e políticas. O estudo parte do pressuposto de que a cultura técnica é um fenômeno socialmente construído e historicamente situado, sendo possível identificá-la nas práticas cotidianas de gestão, nas rotinas administrativas e na materialidade das obras públicas. Assim, o método combina a análise histórica, voltada à contextualização das fontes, com uma leitura interpretativa que privilegia a compreensão dos sentidos e funções das práticas técnicas no interior da administração provincial.

Referencial teórico

Este referencial teórico constitui a base conceitual e metodológica da presente pesquisa, servindo de sustentação para a análise dos dados e a interpretação dos resultados. A discussão teórica parte da compreensão da cultura técnica como um campo de interdisciplinaridade, formado pela interação entre saberes, práticas e instituições. Esta seção, portanto, reúne contribuições essenciais para analisar a história das obras públicas em Pernambuco à luz das reflexões sobre o papel da técnica na formação do Estado e da cidade no século XIX.

2.1 A cultura técnica e a formação do Estado imperial

A cultura técnica pode ser compreendida como o conjunto de saberes, práticas, valores e experiências acumuladas historicamente por sujeitos que constroem materialmente a cidade. No campo da construção civil, esse conceito abrange não apenas os conhecimentos formais e acadêmicos, mas, sobretudo, os saberes empíricos, corporais e coletivos, transmitidos entre gerações de trabalhadores. Conforme propõe Freitas (2011), a cultura técnica deve ser entendida como parte constitutiva da ação humana no mundo, sendo fundamental para a análise das práticas construtivas ao longo do tempo. Ela se manifesta nos modos de fazer, nas soluções criadas em campo, na escolha dos materiais e na capacidade de adaptação às condições locais e aos recursos disponíveis.

A leitura de Sérgio Ferro (2006) amplia essa compreensão ao afirmar que a técnica não é neutra, mas expressão direta das relações sociais de produção. Para o autor, o ato construtivo revela a estrutura hierárquica que organiza o trabalho e distribui o saber entre quem concebe e quem executa, entre o projeto e a obra. Essa perspectiva desloca a técnica do campo puramente instrumental e a insere como uma dimensão política e social, na qual se evidencia a desigualdade entre os que dominam o conhecimento formal e os que operam a prática cotidiana do canteiro. Nesse sentido, a cultura técnica, no contexto do século XIX, pode ser vista como um espaço de tensões e trocas, no qual se articulam diferentes níveis de saber: o técnico-científico, representado pelos engenheiros e arquitetos; e o empírico, encarnado nos mestres de ofício, artífices, escravizados e trabalhadores livres.

Nesse contexto, a própria constituição do Estado imperial brasileiro esteve profundamente ligada à criação de uma infraestrutura material e institucional capaz de consolidar seu poder nas províncias. A formação do Estado implicou a organização de repartições, cargos e práticas administrativas voltadas à execução e controle das obras públicas, traduzindo o ideal de

centralização e modernização que marcou o período. Assim, a cultura técnica assumiu papel estratégico nesse processo, funcionando como instrumento de institucionalização e legitimação do poder imperial. Por meio de estradas, pontes, quartéis e edifícios administrativos, o Estado se tornava visível, imprimindo na paisagem urbana os símbolos de sua autoridade e de seu projeto civilizador.

No Recife oitocentista, essa pluralidade de saberes foi determinante para a conformação da infraestrutura urbana e para o funcionamento da administração provincial. As obras públicas materializavam um processo coletivo no qual interagiam distintas formas de conhecimento técnico. Ao mesmo tempo em que a gestão provincial buscava organizar a execução destas a partir de modelos racionais e burocráticos, herdados da tradição militar e das práticas europeias, o cotidiano dos canteiros evidenciava a presença ativa dos saberes locais, que adaptavam projetos às condições materiais da cidade. Assim, compreender a cultura técnica nesse período é reconhecer como a técnica se tornou mediadora entre o Estado e o trabalho, entre o discurso da modernização e a prática concreta de construir, revelando a complexa rede de relações que moldou tanto a infraestrutura quanto a identidade administrativa de Pernambuco durante o Império.

2.2 Obras públicas, administração e saber técnico no Brasil Oitocentista

A consolidação das obras públicas como campo de atuação do Estado brasileiro no século XIX esteve diretamente associada à formação de uma burocracia técnica voltada para o controle e a execução das construções civis e militares. Desde o período joanino, e com maior intensidade após a Independência, a Coroa buscou organizar os serviços de engenharia como parte essencial da estrutura administrativa imperial. O modelo adotado foi fortemente influenciado pela tradição lusitana e pela lógica militar, que vinculava o conhecimento técnico à hierarquia e à disciplina próprias das forças armadas. Nesse contexto, o engenheiro tornou-se uma figura-chave na consolidação do Estado moderno: um agente de racionalização do território, de materialização da ordem e de visibilidade do poder central nas províncias.

Cláudia Poncioni (2010) elucida como a engenharia oitocentista assumiu no Brasil uma dupla função, técnica e política, pois, ao mesmo tempo em que viabilizava o funcionamento de estradas, pontes, canais e edifícios públicos, também expressava o alcance e a presença do Estado imperial. Essa ambiguidade fazia com que o engenheiro fosse não apenas um executor de obras, mas também um representante da autoridade administrativa. A formação desses profissionais, em sua maioria oriundos do corpo militar, seguia padrões importados das academias portuguesas e francesas, o que reforçava a influência europeia sobre o modo de organizar e gerir a infraestrutura nacional. A partir das primeiras décadas do século XIX, o conhecimento técnico passou, portanto, a integrar o projeto político de centralização e modernização do Império.

Freitas (2011) observa que o desenvolvimento das repartições técnicas e a criação de cargos específicos para a inspeção e execução de obras públicas representaram um passo fundamental na institucionalização da engenharia no Brasil. Em Pernambuco, essa estrutura exemplifica a tentativa de o Estado provincial organizar um aparato administrativo capaz de lidar com as demandas crescentes de urbanização e saneamento, processo que, como destaca Zanchetti (1989), esteve diretamente associado à ampliação do controle estatal sobre o território urbano e à redefinição não apenas das competências administrativas no âmbito provincial. Essas repartições

não apenas geriam projetos, mas também articulavam redes de trabalhadores, contratistas e fornecedores, configurando um sistema técnico-administrativo que espelhava, em escala local, as transformações institucionais em curso no país.

Ao longo desse processo, a cultura técnica que se formava refletia a convivência entre saberes distintos. A herança militar impunha métodos e padrões de controle, enquanto a execução cotidiana das obras dependia da experiência de mestres de ofício, artífices e trabalhadores empíricos. Araújo (2003) destaca que essa combinação produziu um ambiente de cooperação e conflito, no qual a autoridade técnica dos engenheiros coexistia com a autonomia prática dos construtores locais. Assim, o conhecimento técnico era constantemente reinterpretado e adaptado às condições materiais e sociais de cada província.

A partir da década de 1830, observa-se uma lenta transição do predomínio militar para a inserção de engenheiros civis e arquitetos estrangeiros na província, como Louis-Léger Vauthier e Pierre Victor Boulitreau. Essa presença introduziu novas metodologias construtivas, vinculados às concepções europeias de planejamento urbano e de eficiência produtiva. Contudo, ainda longe de representar uma ruptura completa com o modelo militar que até então orientava a administração das obras públicas, essa transformação evidencia um processo híbrido, em que o saber importado dialogava com as práticas locais e com as limitações estruturais da província. Dessa forma, o estudo das obras públicas no Brasil oitocentista permite compreender como a administração técnica foi se constituindo como instrumento de afirmação do Estado e como espaço de circulação de diferentes culturas de saber. A análise desse sistema revela que a técnica, antes de ser uma aplicação neutra de conhecimento científico, foi um meio de negociação política e social, no qual se definiram hierarquias, práticas e identidades profissionais. No caso pernambucano, esse processo marcou a passagem de um modelo de gestão baseado na lógica militar para outro de natureza civil e institucional, sem, contudo, romper com as heranças e tensões que moldaram o campo das obras públicas no período imperial.

2.3 A técnica como expressão social e cultural

A técnica, mais do que um conjunto de procedimentos racionais ou científicos, constitui uma forma de expressão social e cultural. Ela traduz o modo como diferentes grupos compreendem, organizam e transformam o mundo material. No caso das obras públicas, a técnica não se limita ao domínio do cálculo ou do projeto, mas incorpora gestos, experiências e valores compartilhados no cotidiano dos canteiros. Conforme argumenta Sérgio Ferro (2006), o ato construtivo é revelador das relações sociais que o produzem: cada parede erguida, cada material escolhido e cada método de execução carregam marcas das condições de trabalho, das hierarquias e dos saberes que estruturam a sociedade. Assim, compreender a técnica é também compreender as formas de sociabilidade, poder e resistência que se inscrevem na materialidade das construções.

Sob essa perspectiva, a cultura técnica manifesta-se como um campo de interações entre o saber erudito e o saber empírico, entre a norma institucional e a prática cotidiana. Nas obras públicas do Recife do século XIX, essa interação tornou-se evidente na coexistência de engenheiros formados em academias, mestres de ofício experientes e trabalhadores que aprendiam o ofício pela prática. Cada um deles contribuía, à sua maneira, para a construção da cidade, uns desenhando e fiscalizando, outros resolvendo, com engenhosidade, as demandas concretas do terreno, dos materiais e do clima. Freitas (2011) observa que esse diálogo entre diferentes níveis

de conhecimento produzia soluções técnicas adaptadas à realidade local, revelando uma capacidade criativa que ultrapassava a rigidez dos modelos europeus. A técnica, nesse sentido, deve ser entendida como uma prática coletiva, enraizada em contextos históricos e sociais específicos. O canteiro de obras é um espaço de ensino e de troca, onde o aprendizado se dá pela observação e repetição, mas também, na realidade da província imperial, pela invenção diante das dificuldades impostas pela escassez de recursos ou pela precariedade das ferramentas. Essa dimensão cultural permitiu que as obras públicas se tornassem, simultaneamente, lugares de trabalho e de formação, não apenas de edificações, mas de identidades profissionais e de modos do saber-fazer.

Em Pernambuco, essa dinâmica foi particularmente significativa. Nas pontes, cais e edifícios administrativos do Recife, é possível identificar o resultado dessa mistura: técnicas de fundação e drenagem de origem europeia convivendo com soluções empíricas de adaptação às marés, aos solos instáveis e ao clima tropical. Essa fusão revela como a técnica não era um conhecimento imposto de cima para baixo, mas sim, informalmente, uma construção social negociada, que incorporava as contribuições de diferentes agentes e traduzia as condições concretas da cidade. Dessa forma, ela pode ser compreendida também como uma linguagem da sociedade, um meio pelo qual se expressam valores, hierarquias e experiências coletivas. Ao analisar as obras públicas sob esse prisma, reconhece-se que a cultura técnica não apenas estruturou a materialidade urbana, mas também serviu como espelho das relações sociais que sustentaram o projeto imperial.

2.4 Cultura técnica e urbanidade no Recife imperial

A análise da cultura técnica em Pernambuco, e particularmente no Recife, permite compreender como o domínio da técnica ultrapassou o âmbito das obras e se projetou na conformação da cidade como expressão do poder e da modernidade imperial. No século XIX, as intervenções urbanas tornaram-se o meio pelo qual o Estado se fazia visível e se legitimava, ao mesmo tempo em que instaurava novas formas de uso e percepção do espaço público. Pontes, canais, calçadas e edifícios administrativos não apenas cumpriam funções práticas, mas também simbolizavam a presença de um governo capaz de ordenar, higienizar e racionalizar a vida urbana.

Como observa Zanchetti (1989), o Recife oitocentista vivenciou uma transformação urbana marcada pela tentativa de conciliar funcionalidade, salubridade e representação política. A consolidação da Repartição de Obras Públicas, em 1835, foi decisiva nesse processo, ao institucionalizar a intervenção técnica como instrumento de planejamento e de governo. A cidade passou a ser objeto de controle e cálculo, refletindo o ideal de uma administração ilustrada que buscava impor ao espaço urbano a mesma ordem desejada na esfera política. Nesse contexto, a cultura técnica atuou como mediadora entre o poder público e a experiência cotidiana da cidade. As obras públicas não apenas moldavam o território físico, mas também estruturavam práticas de circulação, sociabilidade e distinção social. As transformações na paisagem urbana reconfiguraram as relações entre os habitantes e o espaço, produzindo novas noções de civilidade e pertencimento.

Assim, a urbanidade recifense oitocentista pode ser entendida como resultado de um projeto político e técnico compartilhado, no qual a cultura técnica desempenhou papel central. Mais do que um conjunto de soluções construtivas, ela representou a tradução material de um ideal de

cidade e de Estado, revelando como o fazer técnico participou ativamente da construção da ordem urbana e simbólica do Recife imperial.

2.5 Síntese teórica

Essas abordagens teóricas permitem compreender a cultura técnica como uma dimensão estruturante da formação do Estado imperial e da configuração do espaço urbano pernambucano. Longe de se restringir a um domínio instrumental, a técnica aparece aqui como um fenômeno social, político e cultural, no qual se entrecruzam a racionalidade administrativa, o saber construtivo e as práticas de trabalho. Essa concepção permite reconhecer que o desenvolvimento da infraestrutura provincial não se explica apenas pela ação de engenheiros ou pela difusão de modelos europeus, mas resulta de um processo coletivo, no qual instituições, agentes e materiais se articulam para dar forma à cidade e à própria administração pública.

Sob essa perspectiva, o conceito de cultura técnica oferece uma chave de leitura que integra três dimensões fundamentais. A primeira é a institucional, vinculada à estruturação das repartições e à consolidação da engenharia como aparato de governo. A segunda é a social, que abrange as relações de trabalho e os modos de transmissão e adaptação dos saberes técnicos. E a terceira é a material, expressa nas obras, instrumentos, regulamentos e documentos produzidos ao longo do processo. Consideradas em conjunto, essas dimensões permitem compreender como o poder estatal se materializou nas práticas construtivas e como o trabalho coletivo deu concretude ao discurso de modernização que orientava o Império.

À luz dessas reflexões, a análise da cultura técnica também ilumina o papel dos atores subalternos no funcionamento da máquina administrativa. Mestres de ofício, artífices, escravizados, presos e trabalhadores livres foram agentes fundamentais na realização das obras, ainda que pouco visíveis na documentação oficial. Suas práticas e soluções empíricas conferiram vitalidade ao processo construtivo, revelando que o fazer técnico não era apenas imposição de um saber erudito, mas também um campo de negociação entre diferentes experiências e hierarquias. Essa perspectiva amplia a compreensão das obras públicas como espaço de sociabilidade e aprendizado, no qual se produziam tanto edificações quanto saberes compartilhados.

Com base nessas considerações, as categorias discutidas ao longo desta seção orientam a leitura das fontes documentais e teóricas utilizadas na pesquisa, os códices da série *Obras Públicas* do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), que reúnem ofícios, relatórios, contratos e plantas referentes ao período de 1817 a 1843. A análise desses registros busca identificar como a cultura técnica se manifestava no cotidiano da administração provincial, nas decisões sobre materiais, métodos e contratações, bem como nas formas de representação do trabalho e do progresso urbano. Cada documento é entendido como vestígio material de uma rede de relações que sustentava a produção da cidade. A partir dessa leitura decorre que o referencial teórico aqui delineado fornece a base interpretativa que orienta a investigação empírica. A articulação entre técnica, poder e materialidade serve de guia para examinar as práticas administrativas e construtivas de Pernambuco no século XIX, permitindo compreender de que maneira a cultura técnica contribuiu para consolidar a infraestrutura, a burocracia e a identidade urbana da província.

Metodologia

O principal corpus documental da pesquisa é constituído pelo Catálogo Analítico (códices) da série *Obras Públicas* do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), que reúnem ofícios, relatórios, contratos, plantas e correspondências referentes ao período de 1817 a 1894, mas detendo-nos no presente estudo ao momento de 1817 a 1843. Esses documentos registram a atuação da Diretoria e, posteriormente, da Repartição de Obras Públicas, permitindo observar a estrutura administrativa, os procedimentos técnicos e os agentes envolvidos na execução das obras. A escolha dessa coleção deve-se à sua amplitude temporal e à riqueza de detalhes sobre as práticas de gestão e trabalho. As comunicações oficiais revelam, por exemplo, a circulação de engenheiros, mestres de ofício, artífices, escravizados, libertos e imigrantes, refletindo a diversidade de saberes que compunham a cultura técnica provincial. Dessa maneira, como parte do processo de investigação, foi desenvolvido uma sistematização dos códices que compõem o acervo do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano - APEJE (Figura 1).

Código	Anos (período)	Folhas (quantidades de ofícios na pasta)	Quantidade de páginas	Foi feito a sistematização	Planilha
OP1	De 18.7.1817 a 20.12.1826	258	22	Pendência sob os anos de 1923 a 1926.	(OP1) 1817-1822, 23 e (OP1) 1824, 25 e 26
OP2	De 27/1/1829 a 22/12/1835	402	37	Sistematizada	
OP3	De 5 janeiro a 30 de dezembro de 1836	294	23	Sistematizada	
OP4	De 14/1/1836 a 12/12/1843	294	25	Sistematizada	
OP5	De 11/01 a 16/12/1837	385	32	Sistematizada	
OP6	De 3 de janeiro a 30 de junho de 1838	334	23	Sistematizada	
OP7	Não existente				
OP8	De 2 de janeiro a 28 de junho de 1839	244	16	Sistematizada	
OP9	De 1 de julho a 24 de dezembro de 1839	287	18	Sistematizada	
OP10	De 2 de janeiro a 30 de junho de 1840	226	15	Sistematizada	
OP11	De 1 de julho a 24 de dezembro de 1840	236	17	Sistematizada	
OP12	De 2 de janeiro a 20 de dezembro de 1841	505	36	Sistematizada	
Crítérios e legendas - Objetos importantes					
				Pontes (geral)	
				Obras	
				Trabalhadores em obra (Engenheiros, Arquitetos, demais)	
				Materiais e técnicas	
				Projetos	

Figura 01: Recorte da introdução à planilha de dados sistematizados a respeito das obras públicas em Pernambuco durante o período imperial. Fonte: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE, Ofícios diversos, alterado pelas autoras, 2024.

O processo passou primeiro pela identificação de critérios que se repetiam pelos ofícios de cada código, que se tornaram filtros de informação - na totalidade de treze- que permitiram levantar, entre outros, a hierarquia de cargos (titulação ou patente), os principais nomes à frente da Repartição de Obras Públicas da Província de Pernambuco, bem como o início, o andamento e a conclusão de obras ainda utilizadas na cidade do Recife. Os filtros empregados incluíram os seguintes critérios:

Código;
Folha;
Ano;
Cargo do remetente;
Nome do remetente;
Cargo ou função do destinatário;
Nome do destinatário;
Conteúdo;

Palavras-chave;
 Objeto principal da correspondência;
 Local (cidade);
 Localidade (bairro);
 Observações gerais.

Após essa sistematização, foram divididas em planilhas separadas por anos, e, por consequência, sob ordem de códigos, com os devidos filtros organizados em colunas e por linha os dados por ofícios selecionados, as informações obtidas, que demonstram a riqueza de dados que existem nestes documentos. Um exemplo é o que apresentamos na Figura 2, em que no ano de 1829 era Inspetor das Obras Públicas Tomás Antônio Nunes, que era oficial da Marinha Portuguesa. O papel de Nunes como Inspetor de Obras Públicas denota a falta de profissionais da construção brasileiros. O período em que Nunes exerceu o cargo foi conturbado por revoltas, sobretudo entre 1821 e 1829, tais como a Confederação do Equador, em 1824.

Código	Folha	Ano	Cargo	Remetente (nome)	Destinatário (cargo / função / departamento)	Destinatário (nome)	Conteúdo	Palavras-chave	Objeto do ofício
NÚMERO	FOLHA	ANO	CARGO REMETENTE	NOME REMETENTE	CARGO DESTINATÁRIO	NOME DESTINATÁRIO	SÍNTESE DESCRITIVA DO OFÍCIO	OBJETIVO DO OFÍCIO	OBJETO DO OFÍCIO
2	Fl. 1.2	1829	Inspetor das Obras Públicas	Tomás Antônio Nunes	Presidente da Província	Thomas Xavier Garcia de Almeida	Remetendo em anexo, mapa dos presos em calçadas com seu número, lugar e hora em que estejam trabalhando.	Controle de operários privados de liberdade em obras	Profissionais em obras
2	Fl. 6	1829	Inspetor das Obras Públicas	Tomás Antônio Nunes	Presidente da Província	Thomas Xavier Garcia de Almeida	Comunicando o pedido do Procurador do Senhor Bom Jesus dos Martírios de aproveitar as madeiras que sobraram do conserto da ponte da Boa Vista, todavia essas madeiras são necessárias a repartição.	Aproveitamento de material em obra de obras na Ponte da Boa Vista	Ponte da Boa Vista
2	Fl. 14	1829	Inspetor das Obras Públicas	Tomás Antônio Nunes	Presidente da Província	Thomas Xavier Garcia de Almeida	Informando sobre as estivas podres da ponte do Recife da parte do arco de Santo Antonio.	Informe sobre estado da ponte	Ponte do Recife
2	Fl. 16.17-17v	1829	Inspetor das Obras Públicas	Tomás Antônio Nunes	Presidente da Província	Thomas Xavier Garcia de Almeida	Informando sobre os réus condenados ao serviço público e o imperial aviso a este respeito.	Informe sobre como se dava a mão de obra em alguns casos	Profissionais em obras
2	Fl. 19	1829	Inspetor das Obras Públicas	Tomás Antônio Nunes	Presidente da Província	Thomas Xavier Garcia de Almeida	Levando ao conhecimento a informação do Comandante do Corpo de Artilharia, da fuga do soldado Luis José Ferreira, sentenciado a cumprir seis anos de cadeia nos trabalhos das Obras Públicas.	Informe sobre fuga de calceta (ex-oficial)	Profissionais em obras
2	Fl. 43	1830	Inspetor das Obras Públicas	Tomás Antônio Nunes	Presidente da Província	Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos	Informando sobre a determinação da Junta da Fazenda Pública, de suspender todas as obras.	Informe sobre suspensão de obras	Obras Públicas
2	Fl. 47	1830	Inspetor das Obras Públicas	Tomás Antônio Nunes	Presidente da Província	Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos	Remetendo demonstração referente aos empregados da repartição como o resumo das obras necessárias para o próximo ano.	Planejamento do setor de obras	Obras Públicas

Figura 02: Recorte da planilha de dados sistematizados a respeito das obras públicas em Pernambuco reunidos no código 2 relativo ao ano de 1829. Fonte: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE, Ofícios diversos, código 2, alterado pelas autoras, 2024.

Essa classificação possibilitou identificar padrões de gestão, hierarquias administrativas e dinâmicas de trabalho. A análise se concentrou em três eixos:

- Estrutura institucional e burocrática – observando a consolidação da Diretoria e da Repartição de Obras Públicas como órgãos técnicos do Estado provincial;
- Atores e práticas de trabalho – identificando o papel de engenheiros, mestres e trabalhadores e suas interações no canteiro de obras;
- Materialidade e discurso técnico – analisando as menções a materiais, métodos construtivos, cronogramas e justificativas técnicas nos ofícios e relatórios.

Reconhece-se que os documentos analisados refletem majoritariamente a perspectiva oficial, produzida por agentes ligados à administração imperial. Por essa razão, adotou-se uma leitura analítica e contextualizada, atenta aos silêncios e lacunas da escrita administrativa. As

informações sobre trabalhadores subalternos, por exemplo, são frequentemente indiretas e fragmentadas, exigindo a leitura de indícios, como menções a pagamentos, punições ou solicitações de materiais. Essa abordagem não busca preencher as lacunas com conjecturas, mas compreender o documento como produto de relações de poder, em que técnica e administração se entrelaçam. Assim, a análise valoriza tanto os dados explícitos quanto as ausências significativas, interpretando-as como parte da dinâmica de representação do trabalho e da técnica no século XIX.

Para além dos códices da série *Obras Públicas*, foram também consultados jornais da época, com destaque para o Diário de Pernambuco, disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Esses periódicos permitem observar o modo como as obras públicas e as práticas de trabalho eram representadas no discurso público, evidenciando tanto a atuação da administração provincial quanto às percepções sociais acerca da técnica e dos agentes envolvidos em sua execução.

Integra igualmente as fontes deste trabalho, o diário pessoal de Louis-Léger Vauthier, publicado parcialmente em tradução de Gilberto Freyre e posteriormente analisado por Cláudia Poncioni. Esse registro oferece uma perspectiva singular sobre o cotidiano administrativo da Repartição de Obras Públicas e sobre as dinâmicas laborais e construtivas no Recife oitocentista. Complementarmente, foram consultados relatórios presidenciais, legislação provincial e estudos de pesquisadores como Araújo (2003), Ferro (2006), Freitas (2011), Mac Cord (2014) e Zanchetti (1989), que contribuíram para o enquadramento teórico e histórico da análise.

A partir desse conjunto de fontes, a pesquisa busca identificar como as práticas e representações da cultura técnica se manifestaram na gestão das obras públicas em Pernambuco entre 1817 e 1843. O cruzamento entre os registros administrativos, os relatos pessoais, as notícias de imprensa e os referenciais teóricos possibilita compreender a técnica não apenas como procedimento construtivo, mas como uma linguagem de governo e instrumento de poder, por meio da qual se materializavam os projetos políticos e institucionais do Estado imperial.

4. Discussão

A análise da genealogia da cultura técnica em Pernambuco, evidencia que a formação da administração provincial das obras públicas não pode ser compreendida de forma isolada, mas deve ser situada no interior de um processo histórico mais amplo de centralização governamental e regulação territorial, cujas raízes remontam ao período colonial brasileiro.

Se a abordagem de Freitas contribui para a compreensão da cultura técnica como um conjunto de saberes historicamente acumulados e transmitidos no interior das práticas construtivas, a leitura de Sérgio Ferro desloca essa compreensão ao enfatizar as hierarquias inscritas no próprio processo produtivo. Em vez de tratar a técnica apenas como repertório coletivo de saberes, Ferro evidencia a separação entre concepção e execução como princípio organizador do trabalho no canteiro e como mecanismo de produção de desigualdades. A articulação entre essas perspectivas não apenas qualifica o conceito de cultura técnica, mas orienta a leitura da documentação ao tornar visíveis as assimetrias entre os sujeitos envolvidos nas obras públicas e os diferentes graus de reconhecimento atribuídos a seus saberes nos registros oficiais.

A reflexão de Maria Ângela de Almeida Souza sobre a organização político-administrativa do Brasil colonial permite situar a gestão das obras públicas no interior de um processo histórico mais amplo de centralização normativa e regulação territorial. Segundo a autora, desde o regime das capitanias, a constituição e o ordenamento das vilas e cidades estavam submetidos a um conjunto de dispositivos jurídicos que restringiam a autonomia local. Ainda que determinadas atribuições fossem delegadas aos donatários, sua atuação permanecia subordinada às Cartas de Doação e aos Forais, instrumentos que limitavam a capacidade decisória municipal e condicionavam as formas de intervenção no espaço urbano (SOUZA, 2002).

No plano da gestão urbana, as interpretações de Sílvio Zanchetti permitem observar como os princípios de centralização se traduziram em práticas administrativas e territoriais. Ao analisar a organização urbana de matriz portuguesa no Brasil, o autor identifica dois momentos distintos desse processo. O primeiro, associado ao início da colonização, caracteriza-se por uma centralização mais intensa nas esferas política e fiscal, combinada a uma relativa flexibilidade na formação dos assentamentos urbanos, atribuída aos donatários. Já o segundo momento, consolidado a partir do final do século XVII, corresponde a uma intensificação da intervenção régia sobre a constituição das vilas e cidades, transformando o ordenamento urbano em prerrogativa direta da Coroa. Essa reconfiguração das competências administrativas contribuiu para reforçar mecanismos de controle administrativo sobre o território, cujos efeitos se projetaram nas formas de gestão do espaço urbano e das obras públicas (ZANCHETTI, 1989).

Esses antecedentes históricos permitem situar, de forma mais precisa, a evolução institucional da administração técnica pernambucana no início do século XIX. As correspondências oficiais³, indicam que uma diretoria de obras atuava na província desde 1822; contudo, sua atuação permanecia limitada a reparos pontuais e à manutenção de pontes, estradas e edifícios administrativos. Com um aparato fragilizado, dependente de arrematadores vinculados aos poderes locais e carente de racionalidade técnica sistematizada⁴, essa primeira experiência administrativa foi descontinuada em 1830. Naquele momento, suas atribuições foram transferidas à Câmara Municipal do Recife, instituição que, segundo Souza, atravessava uma década marcada por intensas transformações nas posturas urbanas, especialmente no que se refere ao embelezamento e à remodelação do espaço urbano (SOUZA, 2002).

O período entre 1834 e 1843 marca, portanto, uma inflexão relevante na organização administrativa das obras públicas, marcada pela consolidação da Repartição de Obras Públicas no

³ Ofício n.º 2, 1830, Códice 2, fl. 47, Série *Obras Públicas*, APEJE. Remetente: Inspetor das Obras Públicas Thomas Antonio Nunes; destinatário: Presidente da Província Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos. O documento remete à demonstração referente aos empregados da repartição como o resumo das obras necessárias para o ano seguinte.

Ofício n.º 2, 1833, Códice 2, fls. 208–211, Série *Obras Públicas*, APEJE. Remetente: João Francisco Bastos; destinatário: Presidente da Província Francisco de Paula de Almeida Albuquerque. O documento cumpre portaria de 26 de novembro, remetendo a relação dos gêneros pertencentes à extinta Repartição de Obras Públicas que se encontravam nos armazéns junto ao calabouço da Madre de Deus, na praia do Colégio, no quarto da repartição e no quartel de artilharia ligeira, entregues ao Trem.

⁴ ZANCHETTI, Sílvio M. *O Estado e a cidade do Recife (1836-1889)*. 1989. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989. p.180.

interior do poder provincial⁵. A submissão da Câmara Municipal ao governo provincial, decorrente das legislações de 1828 e 1834, redefiniu o funcionamento das obras públicas, integrando-as de forma mais estável ao projeto político da província. Ainda assim, a efetivação dessa nova lógica administrativa dependeu da formação gradual de um corpo técnico composto por engenheiros, mestres e operários especializados, cuja atuação permitiu conferir maior continuidade e controle aos processos construtivos.

Os achados da pesquisa revelam que a atuação técnico-administrativa provincial era marcada pela coexistência entre saberes eruditos trazidos por engenheiros militares e civis, muitos deles estrangeiros, e saberes empíricos, transmitidos por mestres de ofício e trabalhadores que atuavam diretamente nos canteiros. A partir da década de 1830, figuras como Louis-Léger Vauthier, Pierre Victor Boulitreau e Augusto Kersting formalizaram novas metodologias construtivas e materiais modernos, como o ferro fundido. Essas inserções estrangeiras introduziram conceitos de racionalidade urbana inspirados em modelos europeus, ao mesmo tempo em que exigiram adaptações às condições adversas e aos recursos disponíveis. Assim, a técnica assumiu um papel de mediação entre o ideal administrativo, fortemente centralizado e marcado por discursos de modernidade, e a realidade do cotidiano das obras. A execução dependia de trabalhadores militares, escravizados, libertos e prisioneiros, como calcetas e cabanos, cuja força de trabalho era fundamental, mesmo que pouco visibilizada. Tal dinâmica confirma a perspectiva de Sérgio Ferro, para quem o canteiro de obras é um espaço privilegiado para compreender a técnica como expressão de relações sociais. Da mesma maneira, Mac Cord (2014) evidencia a relevância dos mestres e artesãos na transmissão de saberes que sustentavam as práticas construtivas, mesmo diante do crescente processo de institucionalização técnica.

A partir desse conjunto de observações, é possível responder ao problema de pesquisa: a cultura técnica manifestou-se na gestão das obras públicas em Pernambuco como um campo híbrido de práticas, onde o poder estatal, as tradições construtivas locais e os saberes empíricos se entrelaçaram para dar forma à infraestrutura urbana e à própria burocracia provincial. A técnica não foi, portanto, apenas um instrumento racional ou neutro, mas linguagem política e social que materializava as intenções do Estado e revelava as tensões entre projeto e execução, teoria e prática, centralização e autonomia local.

As contribuições deste estudo tornam-se evidentes nesse contexto. Primeiro, ao inserir a ROP em uma trajetória histórica longa de centralização e regulação urbana⁶, o trabalho revela a continuidade entre estruturas coloniais e imperiais na gestão da cidade. Segundo, ao analisar os agentes envolvidos, demonstra que a modernização técnica do período não se deu apenas pela importação de engenheiros estrangeiros, mas por um amplo e complexo diálogo entre mestres de ofício, trabalhadores subalternos e técnicos eruditos. Terceiro, ao tratar a técnica como fenômeno social, evidencia a importância das práticas cotidianas, dos arranjos locais e das soluções híbridas

⁵ ALVES, Bruno Adriano Barros. *A Repartição de Obras Públicas da Província de Pernambuco: estrutura administrativa, projeto de modernização e canteiros de obras (1837-1850)*. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021. p. 33–36.

⁶ SOUZA, Maria Angela de Almeida. *Posturas do Recife Imperial*. 2002, p. 72–76. A autora demonstra que a incorporação das obras públicas ao âmbito provincial, especialmente após as legislações de 1828 e 1834, expressou um movimento de centralização administrativa que reordenou as competências municipais e conferiu à Repartição de Obras Públicas papel estratégico na gestão urbana.

que emergiam no canteiro. Por fim, ao sistematizar e analisar os códices da Série Obras Públicas, o estudo oferece um recorte documental inédito, contribuindo para ampliar o entendimento da cultura técnica e da gestão urbana na história pernambucana.

Desse modo, a genealogia da cultura técnica evidencia um processo coletivo e negociado, no qual dimensões administrativas, materiais e sociais se entrecruzaram na produção do espaço urbano. A Repartição de Obras Públicas e os atores que a compuseram participaram ativamente da construção de uma infraestrutura que respondia às demandas práticas da província e, simultaneamente, expressava o projeto político de centralização estatal. A técnica emerge, assim, como elemento estruturante da experiência urbana do Recife imperial, contribuindo para a conformação da cidade, da burocracia e das formas de governo no Brasil oitocentista.

Considerações finais

A investigação sobre a genealogia da cultura técnica na gestão de obras públicas em Pernambuco, entre 1817 e 1843, permitiu reconhecer que as práticas técnicas e administrativas foram determinantes para a consolidação do Estado imperial e para a conformação da paisagem urbana recifense. A pesquisa, de natureza qualitativa e histórico-analítica, fundamentou-se na análise sistemática dos códices da Série Obras Públicas do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), por meio do cruzamento de informações sobre cargos, conteúdos administrativos e espacialização das intervenções. Essa metodologia, associada à leitura interpretativa dos ofícios e relatórios, à luz do arcabouço teórico, possibilitou compreender as obras públicas do século XIX não apenas como resultado de decisões técnicas, mas como expressão das relações entre saber, poder e trabalho. Os objetivos do estudo consistiram em analisar de que modo se constituiu a cultura técnica provincial, identificar os principais agentes envolvidos e compreender como suas práticas influenciaram o funcionamento da administração pública e a construção da infraestrutura. A partir do referencial teórico, a técnica é compreendida como fenômeno social e político, não como mero instrumento neutro. Assim, discutir a cultura técnica implica investigar o modo como diferentes saberes se articulam no cotidiano, produzindo formas próprias de organização do trabalho e de expressão material do poder estatal.

O problema de pesquisa, que busca compreender como a cultura técnica se manifestou na gestão das obras públicas em Pernambuco durante o período imperial, encontra resposta na constatação de que a técnica funcionou como mediadora entre o discurso de modernização e as condições sociais e materiais da província. As evidências documentais mostram que, embora o Estado imperial se empenhasse em institucionalizar o controle técnico por meio da criação da Diretoria e, depois, da Repartição de Obras Públicas, a efetivação dessas políticas dependia da interação entre engenheiros, mestres de ofício e trabalhadores empíricos. A cultura técnica, portanto, não era imposta de forma vertical, mas construída de modo negociado e híbrido, combinando o saber erudito de origem europeia com a experiência prática dos artífices locais (FREITAS, 2011; ARAÚJO, 2003).

Os resultados indicam que a administração provincial viveu um período de transição. Até 1830, prevalecia a influência militar na organização das obras, com engenheiros vinculados ao corpo de artilharia exercendo funções técnicas e políticas (PONCIONI, 2010). Após a extinção da Diretoria de Obras Públicas, a Câmara Municipal assumiu temporariamente as funções administrativas, até a criação, em 1835, da Repartição de Obras Públicas. Esse marco representa o início da

institucionalização da engenharia civil e da profissionalização técnica na província, configurando uma estrutura mais estável de controle, fiscalização e execução de obras. A análise dos documentos revela que os engenheiros estrangeiros e brasileiros formados no exterior, como Louis-Léger Vauthier e Pierre Victor Boulitreau, introduziram novas metodologias construtivas, materiais modernos, como o ferro fundido, e concepções urbanísticas alinhadas ao ideário europeu de racionalidade e progresso (FREYRE, 1958; KÜHL, 1998). Entretanto, a incorporação dessas inovações era limitada pelas condições locais: a escassez de alguns materiais, a precariedade dos recursos e a dependência da mão de obra compulsória, composta por prisioneiros, militares e escravizados (ALVES, 2021). Essa realidade impôs adaptações constantes aos projetos e fez emergir uma prática técnica de caráter experimental e empírico, sustentada pelo saber prático dos mestres de ofício.

Desse modo, a cultura técnica pernambucana formou-se como um campo híbrido, em que a racionalidade europeia e o empirismo local se cruzavam. Essa convivência produziu soluções construtivas singulares, visíveis nas pontes, cais e edifícios administrativos erguidos no Recife e arredores. Como observa Sérgio Ferro (2006), o canteiro é um espaço revelador das hierarquias e das tensões entre quem projeta e quem executa; e, nesse contexto, o trabalho coletivo da construção foi também um processo de formação social e de aprendizado técnico. Os ofícios da série Obras Públicas mostram que o controle técnico provincial era frequentemente fragilizado por fatores externos, como o atraso no envio de recursos do governo central, a ausência de pessoal especializado e a instabilidade administrativa. Ainda assim, a Repartição de Obras Públicas desempenhou papel estratégico na consolidação de uma burocracia técnica capaz de planejar, contratar e fiscalizar obras com base em critérios racionais (FREITAS, 2011). Essa estrutura representou um avanço significativo no processo de modernização da administração pública provincial, ainda que não tenha eliminado as práticas tradicionais e os arranjos informais característicos do período anterior.

A discussão dos dados evidencia, também, que as relações de trabalho nas obras públicas refletiam a estratificação social do Império. O conhecimento formal dos engenheiros coexistia com a experiência dos artífices e com o trabalho forçado dos subalternos, compondo uma cadeia produtiva hierarquizada. Mac Cord (2014) destaca que, no Recife oitocentista, os mestres de ofício e aprendizes das corporações artesanais tiveram papel fundamental na difusão de técnicas construtivas e na transmissão de saberes entre gerações. Ainda que marginalizados nos registros oficiais, esses trabalhadores foram agentes indispensáveis para o funcionamento das repartições e para a concretização material do projeto urbano imperial.

Do ponto de vista teórico, os achados da pesquisa confirmam a pertinência da abordagem da cultura técnica como categoria analítica. Inspirada em Freitas (2011) e Ferro (2006), essa noção permite compreender a técnica como dimensão simbólica e social do poder. As obras públicas, ao materializarem as intenções do Estado, tornaram-se instrumentos de legitimação política, traduzindo em pedra e cal as aspirações de ordem e civilização. Essa leitura também dialoga com Zanchetti (1989), que interpreta o Recife imperial como laboratório urbano, no qual as práticas técnicas e administrativas refletiam a tentativa de conciliar funcionalidade, salubridade e representação estatal. O trabalho colabora, portanto, para ampliar o entendimento sobre o papel das obras públicas na formação do Estado imperial. Ao revelar a complexa rede de agentes, instituições e saberes que sustentavam a construção da cidade, o estudo demonstra que a técnica foi um campo de disputa e de mediação social. O trabalho destaca, ainda, a importância de

considerar os trabalhadores subalternos, como escravizados, libertos e prisioneiros, sendo parte constitutiva dessa genealogia, reposicionando o foco da história da técnica para além dos engenheiros e arquitetos.

Ainda em termos de contribuições, o estudo oferece uma perspectiva de leitura pouco abordada sobre o processo de formação da infraestrutura pernambucana, ao integrar as dimensões institucional, social e material da técnica. A análise documental sistematizada dos códices da APEJE constitui um avanço metodológico, permitindo a construção de um panorama das práticas administrativas e técnicas no período. Além disso, ao aplicar o conceito de cultura técnica à realidade provincial, amplia-se a compreensão da história urbana brasileira, evidenciando como o conhecimento técnico se consolidou como instrumento de poder e de modernização. Por fim, a discussão aponta que a genealogia da cultura técnica em Pernambuco é um processo em constante negociação entre tradição e inovação, entre autoridade e prática, entre projeto e execução. A técnica, longe de ser mero reflexo do progresso, foi um campo de mediação entre o ideal e o real, entre a política e o trabalho. Ao reconhecer essa complexidade, o estudo contribui para a historiografia da arquitetura e do urbanismo ao oferecer uma leitura crítica sobre o papel dos agentes e das práticas construtivas na conformação da cidade e do Estado no Brasil imperial.

Referências

ALVES, Bruno Adriano Barros. *A Repartição de Obras Públicas da Província de Pernambuco: estrutura administrativa, projeto de modernização e canteiros de obras (1837-1850)*. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

ARAÚJO, Roberto Antônio Dantas de. *O ofício da construção na cidade colonial: organização, materiais e técnicas (o caso pernambucano)*. 2003. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

AROÚCHA, Davi Costa. *A vara, a vela e o remo: trabalho e trabalhadores nos rios e portos do Recife oitocentista*. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO. *Ofícios diversos, códices 01 a 79*. Recife: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

BARROS, Gleicielly; DE ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves. O processo de modernização no Bairro de Santo Antônio na primeira metade do século XX: o caso da Praça da Independência. *Revista Mosaico*, v.14, n. 1, p. 119-139, 2021.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FERRO, Sérgio. *O canteiro e o desenho*. In: FERRO, Sérgio. *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

FREITAS, Maria Luiza de. *Modernidade concreta: as grandes construtoras e o concreto armado no Brasil, 1920 a 1940*. 2011. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São

Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.16.2011.tde-13012012-140118>.

FREYRE, Gilberto. O engenheiro Vauthier e os seus diários. In: FREYRE, Gilberto. *Perfis e conferências*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

GARCIA, Fernanda Ghirotto. *O lugar como categoria de análise: a definição de zonas de interesse no Bairro da Boa Vista, Recife/PE*. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação*. Cotia: Ateliê Editorial, 1998.

LOPES, João Marcos de Souza. Crítica da razão tipológica e os limites da autonomia da arquitetura. *Revista Pós*, v. 16, n. 28, p. 142-163, 2009.

MACCORD, Marcelo. *Trabalho, técnica e saber: artesãos e aprendizes do Liceu de Artes e Ofícios do Recife (1841-1909)*. 2014. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

MACCORD, Marcelo. Dois mestres de ofício alemães no Recife oitocentista: mundo do trabalho artesanal e sociabilidades cotidianas. *Almanack*, n. 25, ea05018, 2020. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/2236-463325ea05018>.

MAIOR, Paulo Martin Souto. *Nos caminhos do ferro: construções e manufaturas no Recife (1830-1920)*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2016.

MARSON, Izabel Andrade. Monarquia, empreendimentos e revolução: entre o laissez-faire e a proteção à “indústria nacional” – origens da Revolução Praieira. In MARSON, Izabel Andrade; OLIVEIRA, Cecília H. L. de S. (org.). *Monarquia, liberalismo e negócios no Brasil: 1780-1860*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. Médicos e engenheiros no Recife oitocentista: higienismo, implantação de projetos arquitetônicos e de serviços urbanos. *CLIO: Revista Pesquisa Histórica*, v. 38, n. 2, p. 278-302, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22264/clio.issn2525-5649.2020.38.2.11>.

PONCIONI, Claudia. *Pontes e ideias: Louis-Léger Vauthier, um engenheiro fourierista no Brasil*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *A construção nacional 1830-1889. História do Brasil Nação: 1808-2010*, v. 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SILVA, Gabrielle Brito da. *Modernização do Recife imperial: a construção do mercado público de São José (1875-1880)*. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2023.

SILVA, Geraldo Gomes da; LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *Arquitetura do ferro no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1984.

SOUZA, L. O ofício da cantaria no Recife (1837-1850). *Repositório de Anais da ANPUH-GO*, [S. l.], p. 698-711, 2022. Disponível em:
<https://anpuhgoias.com.br/periodicos/index.php/caliandra/article/view/77>.

SOUZA, Maria Ângela de Almeida. *Posturas do Recife Imperial*. 2002. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

ZANCHETI, Sílvio M. *O Estado e a cidade do Recife (1836-1889)*. 1989. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.